



Influência da chegada do primeiro filho na vida do casal: um estudo teórico

**Trabalho apresentado ao Familiare
Instituto Sistêmico para conclusão do
curso de Especialização em Terapia
Relacional Sistêmica**

Graziela Bion

Orientadora: Elisangela Böing

2012

"A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Resumo

O presente estudo teve como objetivo identificar as mudanças que ocorrem na vida do casal após a chegada do primeiro filho, verificando como cada membro vivencia essa transição: sensações e sentimentos decorrentes deste momento e a forma como a chegada do primogênito afeta a vivência da conjugalidade. Este é um período importante na vida do casal que necessita estabelecer novos papéis e relações para que possam integrar um novo membro no grupo familiar. O referencial teórico utilizado foi a teoria sistêmica, por acreditar-se que esta é uma teoria que auxilia na compreensão e estudo das famílias e seu ciclo de vida. De acordo com a literatura que aborda esta temática, esta vivência está intimamente ligada a forma como o casal experiencia a satisfação conjugal antes do nascimento do primeiro filho, mostrando que casais que mantiveram um bom nível de proximidade e intimidade tenderão a manter isso após a chegada do primogênito, assim como casais que tinham uma relação mais distante, também terão a tendência de continuar com esse padrão.

Palavras-chave: Transição para parentalidade, conjugalidade, relações familiares.

Abstract

The present study aimed to identify the changes that occur in the life of the couple after their first child, seeing how each member experiences this transition: sensations and feelings arising from this moment and how the arrival of the firstborn affects the experience of marriage. This is an important period in the life of the couple who needs to establish new roles and relationships so that they can integrate a new member in the family group. The theoretical framework was used systems theory, believing that this is a theory that helps to understand and study families and their life cycle. According to the literature, this experience is closely linked to how the couple experience marital satisfaction before the birth of first child, showing that couples who have maintained a good level of closeness and intimacy, are likely to remain so after the arrival of the firstborn, so as couples who had a more distant, will also have the tendency to continue with this pattern.

Keywords: Transition to parenthood, marital and family relations.

Agradecimento

Em primeiro lugar quero agradecer ao Familiare Instituto Sistêmico por ter me proporcionado a oportunidade de desenvolver este estudo, no âmbito do seu programa de especialização, e por ter durante esse período, oferecido todo o apoio, além de condições técnicas e logísticas para seu desenvolvimento. Agradeço de forma particular aos professores Denise Franco Duque, Maria Aparecida Crepaldi, João David Cavallazzi Mendonça e minha orientadora Elisangela Böing pelas inúmeras revisões do texto e sugestões.

Não poderia deixar de agradecer a Saula de Moraes pelo seu carinho, atenção, cuidado e auxílio no que precisava.

Finalmente agradeço a minha família de origem que me inspirou a este tema.

Sumário

1. Introdução	7
Objetivos	10
2. Fundamentação Teórica	11
2.1. Teoria Sistêmica.....	11
2.2. O Ciclo de vida Familiar	13
2.3. A família em constante mudança	14
2.4. A formação do novo casal.....	16
2.5. Além de marido e esposa: Pai e Mãe	17
2.6. Formas diferentes de vivenciar a transição para a parentalidade: a vivência de ser mãe.	18
2.7. Formas diferentes de vivenciar a transição para a parentalidade: a vivência de ser pai.	20
2.8. Conjugalidade e Parentalidade.....	22
5. Considerações finais	33
6. Referências Bibliográficas	35

1. Introdução

O nascimento do filho primogênito é caracterizado como o momento vital de ampliação do subsistema conjugal ao parental. Este é um período importante na vida do casal que necessita estabelecer novos papéis e relações para que possam integrar um novo membro no grupo familiar (Carter & McGoldrick, 1995). A inserção de um primogênito no sistema familiar é uma mudança de valor significativo para a vida a dois e toca na subjetividade de cada um dos cônjuges.

Alguns autores entendem as mudanças ocorridas nesse período como crises esperadas na constituição do sistema parental. Dessen (1994) e Cowan e Cowan (1995) afirmam que a transição para a parentalidade é um período de grande estresse para o casal e um momento potencialmente ameaçador para o desenvolvimento do bebê, em virtude da diminuição da qualidade conjugal e da interação pais-criança. Cabe então ressaltar a importância do casal manter um relacionamento equilibrado, propiciando um ambiente saudável para o desenvolvimento da criança e fortalecimento dos vínculos. A inserção de um novo membro no sistema familiar exige, inclusive a negociação de divisão das tarefas domésticas em consequência ao aumento de compromissos e responsabilidades ao casal.

Independente do momento de vida em que a gravidez ocorra, da existência de um relacionamento estável ou do planejamento da mesma, é sempre um momento de novas adaptações. No que diz respeito ao primeiro filho, homens e mulheres vivenciarão experiências e sentimentos diferentes em relação à gravidez e posteriormente ao nascimento do primeiro filho. As expectativas que cada um cria a respeito do filho também irão influenciar na forma como ambos lidarão com isso.

Alguns fatores podem ser levantados quando tratamos de alterações na vida do casal após a chegada do primogênito. Entre eles encontram-se: a divisão de tarefas; os cuidados com a criança; o medo do casal perder o afeto um do outro em detrimento ao bebê. Todas essas questões podem ser fontes de conflitos, assim como podem proporcionar um momento de aprendizado e amadurecimento, que por consequência levará a uma relação conjugal mais saudável.

As diferenças entre homens e mulheres podem tornar-se mais intensas. Desde tenra idade, as meninas já vivenciam experiências que mais tarde darão lugar a própria vivência da maternidade. Através da observação das brincadeiras pode-se constatar que em geral as meninas estão envolvidas em cuidar das bonecas, fazer comidinha e cuidar da casa. Além disso, ao fazer um questionamento às mulheres, grande parte delas possivelmente responderia que a maternidade encontra-se como um dos seus maiores sonhos. Por se envolverem desde cedo com este tema, é comum que as mulheres

já estejam mais preparadas para vivenciar uma gravidez e a chegada de um filho, o que não torna este momento livre de conflitos, crises, temores ou expectativas. Öhman, Grunewald e Waldenström (2003) apontam a gravidez como um período caracterizado por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Estes autores apontam que a primeira gravidez para as mulheres é uma transição semelhante à menarca e à menopausa, marcada pela passagem de um estágio de desenvolvimento para outro, com implicações na sua auto-imagem, nos seus valores, nos seus comportamentos e nos seus relacionamentos interpessoais.

Apesar da importância desta fase de transição da família, essa é uma etapa ainda pouco estudada pela perspectiva do pai. Porém, alguns pesquisadores colocam que a vivência deste período é também bastante intensa para muitos homens, relatando sobre a ocorrência da Síndrome de Couvade como expressão somática da ansiedade que envolve esse processo (Piccinini, Silva & Gonçalvez, 2004). Os homens dificilmente terão contato com este tema antes de se tornarem pais. Atualmente já se fala em grupos de casais grávidos onde o pai participa e se envolve com as questões ligadas a paternidade, porém, a adesão a esse tipo de atividade ainda é parcial e esporádica. Alguns motivos para a não participação dos pais devem ser levados em conta: horário em que ocorrem os encontros, dificuldade com relação à dispensa do trabalho para participação e até mesmo o preconceito por parte de algumas pessoas que acreditam que este tipo de atividade deve ter apenas a participação das mulheres.

Na maioria das vezes, tanto homens quanto mulheres têm expectativas pouco realistas em relação ao que a vida deveria ser, quando se tornam pais. A forma como o casal passa o tempo junto, as diferenças no cotidiano de cada um e na atitude em relação à educação dos filhos, sexo, finanças, cansaço e tarefas domésticas podem criar certa tensão entre eles enquanto se adaptam a nova condição de pais (Izel & Vanni, 2005). É comum que os pais tenham opiniões divergentes neste período já que ambos vieram de famílias distintas, com configurações e vivências diferentes. É importante que ambos estejam abertos ao diálogo e disponíveis para viver situações diferentes das vividas em sua família de origem.

Enquanto a criação das meninas está voltada para os cuidados com a casa e com a família, a dos meninos está ligada ao provimento das necessidades materiais. Ao avaliar a chegada do primeiro filho na vida do casal, deve-se levar este dado em consideração, já que é provável que vivências anteriores influenciem nas adaptações necessárias após a chegada de um filho. Apesar das recentes transformações, é bastante prevalente a manutenção dos estereótipos de gênero que reforçam a dicotomia entre papéis.

Estudos recentes têm abordado a importância da reorganização de papéis nas famílias atuais, Bornholdt, Wagner e Staudt (2007) através de um estudo com enfoque na perspectiva paterna,

constatarem que houve um movimento de reorganização das famílias, desencadeando um processo de reestruturação e readaptação para inclusão de um novo membro, redimensionando valores, expectativas e prioridades. Durante a gravidez, mudanças já poderão ser notadas no sistema familiar em relação aos novos papéis que precisarão ser exercidos com o nascimento do bebê.

Após os meses de preparação para o nascimento do bebê, a sua chegada traz sentimentos como a felicidade e a admiração. O bebê, estando nos braços dos seus familiares, já na primeira semana leva-os a passar por mudanças emocionais intensas. Os novos pais se deparam com uma realidade completamente diferente, jamais vivida antes (Klaus & Klaus, 2011).

Papalia e Olds (2000) constataram que é comum que homens e mulheres sintam-se ambivalentes em relação a tornarem-se pais e ambos sintam uma imensa ansiedade sobre a nova responsabilidade de cuidar de uma criança. É comum a satisfação conjugal diminuir durante os anos de criação dos filhos, e as expectativas e a divisão de tarefas podem colaborar para deterioração ou melhora do casamento.

Dessen (1997) afirma que:

“A adaptação às exigências da nova situação depende, sobretudo, da complementaridade de papéis entre os genitores, não só em nível das interações como também das relações familiares mais amplas, incluindo a divisão de tarefas domésticas. A participação do pai como membro capaz de exercer o seu papel adequadamente, suprimindo as deficiências naturais ocorridas no relacionamento da mãe com o primogênito, é fundamental para que o processo de adaptação seja bem sucedido. (p. 59)”

Como se pode constatar, a chegada do primeiro filho acarreta muitas mudanças, e serão necessárias novas adaptações na vida do casal. Diante disso, investigar como os casais lidam com essas mudanças dará subsídios para que os profissionais que prestam atendimento a famílias, possam auxiliar nessa transição, para que ela seja feita da forma mais saudável possível, proporcionando crescimento e amadurecimento a todos SOS envolvidos.

Objetivos

Objetivo Geral:

Apresentar uma reflexão sobre a conjugalidade no momento da transição para a parentalidade a partir de estudos sobre esta temática.

Objetivos Específicos:

Fazer uma busca em bases de dados de estudos focados na temática conjugalidade e parentalidade.

Verificar quais os temas que os autores têm abordado em relação à conjugalidade no processo de transição para parentalidade.

Apresentar os resultados destas pesquisas de forma a levantar subsídios que auxiliem a prática clínica do atendimento de casais e famílias no momento da transição para a parentalidade.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Teoria Sistêmica

Por conceber que a Teoria Sistêmica é uma das teorias que contribui para a compreensão da influência da chegada do primeiro filho na vida do casal, esta será utilizada como referencial teórico. Para Krom (2000) a Concepção Sistêmica proporciona uma nova visão da realidade, que se baseia no estado de inter-relação e de interdependência de todos os fenômenos físicos, psicológicos, biológicos, sociais e culturais, indo além das atuais fronteiras das disciplinas e conceitos. Assim, configura-se uma estrutura inter-relacionada, com níveis de realidade multidisciplinar, gerando uma mudança de filosofia e uma profunda transformação da cultura da humanidade.

A partir da concepção sistêmica, não há uma causalidade linear para explicar causa e efeito dos fenômenos, mas sim uma circularidade causal, em que todos os elementos envolvidos em um dado processo movem-se juntos, influenciando-se mutuamente, através de constantes feedbacks interacionais. Vasconcellos (2004) sugere que pensar o objeto em contexto significa pensar em sistemas complexos, sendo que as suas múltiplas interações e retroações não se inscrevem numa causalidade linear, onde uma determinada causa produz tal efeito, exigindo que se pense em relações causais recursivas. Para Morin (1990) recursividade se refere aos “processos em que os efeitos e produtos são necessários ao próprio processo que os gera. O produto é o produtor que o produz.” (p.123). Vasconcellos (2004) propõe então, que a melhor forma de representar graficamente a causalidade circular recursiva é através de um espiral, e não de um círculo. O próprio autor sugere que esta é uma noção difícil de ser entendida já que há uma contradição do ponto de vista da lógica clássica, porém, pensar a complexamente é aceitar a contradição, sem querer negá-la ou reduzi-la.

É a Teoria Geral dos Sistemas que formula a primeira noção de que não há uma ordem clara e nítida entre causa e efeito, a não ser que seja imposta artificialmente (Menezes, 2001).

Ludwig Von Bertalanffy (1975) nos diz:

“Ao contrário das forças físicas como a gravidade ou a eletricidade, os fenômenos da vida são encontrados somente em entidades individuais chamadas

organismos. Qualquer organismo é um sistema, isto é, uma ordem dinâmica de partes e processos e mútua interação” (Bertalanffy, 1975, p.277).

Minuchin (1982) compreende a família como um sistema aberto em transformação, ou seja, que está constantemente em troca com o meio extra-familiar e que opera dentro de contextos sociais específicos.

“A família não é uma entidade estática. Está em processo de mudança contínua, assim como seu contexto social. Considerar os seres humanos fora da mudança do tempo é somente uma construção linguística artificial (Minuchin & Fishman, 1990, p.30)”.

Nesse processo de troca constante com o contexto há dois conceitos fundamentais chamados: Homeostase e transformação. São processos básicos de manutenção do sistema familiar e ocorrem para promover o desenvolvimento do sistema familiar que pode ser funcional ou disfuncional.

Dentro de cada sistema existem processos interacionais e entre este e todos os níveis de organização social. Assim sendo, o sistema familiar participa de um processo de influências recíprocas com outros sistemas humanos, como ambiente de trabalho, a escola, a família extensa. A família nuclear possui a sua própria suborganização – os subsistemas – através dos quais diferencia as suas funções. Em cada subsistema há tarefas e padrões específicos de interação. São exemplos de subsistemas: parental, conjugal e fraterno. Um indivíduo pode pertencer a diferentes subsistemas, nos quais terá distintos níveis de poder e aprenderá habilidades variadas. É a organização dos subsistemas de uma família que fornece o treinamento valioso no processo de manutenção da noção de “eu” diferenciado, ao mesmo tempo em que proporciona o exercício de habilidades interpessoais em diversos níveis para cada indivíduo (Minuchin, 1982).

Alguns princípios da teoria sistêmica são importantes: (Minuchin, 1982, p.138)

1 – Qualquer sistema é um todo organizado, e elementos dentro do sistema são necessariamente interdependentes. Através deste princípio pode-se constatar que dados dos elementos coletados fora do contexto são fragmentados e inválidos.

2 – Os padrões em um sistema são prioritariamente circulares. Neste modelo, cada elemento influencia e é influenciado pelo outro, através de uma espiral recursiva de feedbacks.

3 – Os sistemas têm fatores homeostáticos que mantêm a estabilidade de seus padrões. Comportamento que diferem do esperado para os padrões familiares são corrigidos através de

feedbacks corretivos que reestabilizam o equilíbrio familiar e permitem constância das relações entre os membros e entre os mesmos e o meio.

4 – *Evolução e mudança são inerentes aos sistemas abertos.* Famílias são caracterizadas como sistemas abertos que mantêm trocas com o meio circundante nos quais mudanças e reorganizações fazem parte do ciclo de vida.

5 – *Sistemas complexos são compostos de subsistemas.* Sendo assim, cada indivíduo pode ser considerado um subsistema.

6 – *Os subsistemas inseridos num sistema mais amplo são separados por fronteiras e as interações por meio das fronteiras são governadas por regras e padrões implícitos.* A interação das pessoas com e entre os subsistemas é regulada por padrões recorrentes e estáveis que são criados e mantidos por todos os participantes e mudam ao longo do tempo em decorrência do desenvolvimento e de fatores externos.

2.2. O Ciclo de vida Familiar

Alguns teóricos se dispuseram a pesquisar e estudar sobre o Ciclo de vida familiar. Solomon (1973) foi um dos primeiros terapeutas a discutir esta questão e delineou tarefas para um ciclo composto por cinco estágios. Já Duwall (1977) definiu o desenvolvimento da família normal separando o ciclo de vida em oito estágios, referentes a eventos nodais relacionados aos afastamentos e às aproximações dos membros da família.

A teoria do ciclo de vida familiar foi bastante desenvolvida por Carter e McGoldrick (1995). Estas apontam que a família, vista como sistema movendo-se através do tempo, possui características particulares, que não são comuns a nenhum outro sistema ou organização. As famílias podem incorporar membros somente através do nascimento, adoção ou casamento e os membros da família só podem ir embora pela morte. Assim sendo, não há outro sistema sujeito a tais limitações. Cabe pontuar que esta teoria teve origem em um contexto de famílias de classe média americana, nos anos 90, e que atualmente existem inúmeras outras configurações familiares com formas diversas de incorporações de membros.

Carter e McGoldrick (1995) discutem a noção de ciclo de vida familiar em termos do relacionamento transgeracional da família, ocupando-se com o curso que a família seguiu em seu passado, com as tarefas que está tentando lidar no seu presente e com o futuro para qual se dirige.

Todas as famílias se desenvolvem com o passar do tempo, à medida que entram e saem de diferentes estágios no ciclo de vida. Carter e McGoldrick (1995, p.17) Apresentam seis estágios do ciclo familiar e a principal tarefa de cada estágio:

1 – Saindo de casa: jovens solteiros. A principal tarefa deste estágio é aceitar a responsabilidade emocional e financeira pelo eu. E também a diferenciação do indivíduo em relação a sua família de origem, tarefa esta que influenciará as etapas seguintes.

2 – A união de famílias no casamento. Neste estágio, é desejável que haja comprometimento com um novo sistema.

3 – Famílias com filhos pequenos. Nesta fase o desafio é aceitar novos membros no sistema.

4 – Famílias com adolescentes. A principal tarefa deste estágio é o aumento da flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e as fragilidades dos avós.

5 – Lançando os filhos e seguindo em frente. Neste estágio, os membros vão se deparar com muitas saídas e entradas no sistema familiar.

6 – Famílias no estágio tardio da vida. A tarefa principal deste período é aceitar as mudanças dos papéis geracionais.

Como o foco do trabalho é a compreensão das mudanças no sistema familiar após a chegada do primeiro filho, será dado enfoque ao segundo e ao terceiro estágio do ciclo de vida familiar.

2.3. A família em constante mudança

A família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial (Samara, 2002). O ritmo cíclico, que ordena o tempo nas sociedades tradicionais, rompeu-se com a modernização da sociedade, o que causou impactos decisivos na família. Os movimentos não têm mais a marcação sucessiva e repetitiva das sociedades tradicionais. As diferentes etapas da vida sucedem-se sem os tradicionais ritos de passagem que representam os espaços sociais onde existe a possibilidade de elaboração individual das experiências de mudança, perda ou ruptura (Sarti, 2001).

Importantes fenômenos e movimentos sociais, tais como, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro familiar acabaram por criar um novo perfil de família. Sarti (2001) sugere que são conhecidas duas circunstâncias históricas que contribuíram para transformações profundas na família: a entrada da mulher no mercado de trabalho – processo social que adquiriu dimensão estrutural no mundo contemporâneo – e o

desenvolvimento de métodos anticoncepcionais cada vez mais seguros, criando a possibilidade de escolha da maternidade. Ambas as circunstâncias redefiniram o lugar social da mulher, com consequências decisivas para as relações familiares, entre elas, a mudança no padrão de autoridade na família e de divisão de papéis familiares.

Em contraponto à estrutura familiar tradicional, com o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e cuidados dos filhos, o que vêm ocorrendo em algumas famílias hoje é decorrente de um período de transição dessa estrutura para uma nova forma de família. Em muitas famílias já se percebe as consequências dessas mudanças onde pais e mães já compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia da família (Wagner, Predebon, Mosmann & Verza 2005).

Entretanto, por mais que as mudanças na estrutura familiar venham ocorrendo nos últimos anos, ainda coexistem modelos familiares nos quais segue vigente a tradicional divisão de papéis, outros nos quais maridos e esposas dividem as tarefas domésticas e educativas e, ainda, famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, mesmo acumulando a maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e educação dos filhos (Fleck & Wagner, 2003).

A concepção de família hoje, do ponto de vista do desenvolvimento, é, sem dúvida, sistêmica (Dessen, 1997). A necessidade de se adotar uma perspectiva sistêmica para estudar o desenvolvimento das interações e relações familiares só começou a ser amplamente difundida em meados da década de 1980 (Belsky, 1981).

Dessen (1997) aponta que adotar essa concepção implica considerar que:

- a) o sistema familiar é composto por vários subsistemas, dentre eles: mãe-criança, pai-criança, irmão-irmão;
- b) as relações desenvolvidas entre eles são únicas;
- c) os processos pelos quais os padrões relacionais são estabelecidos, mantidos e como eles mudam em cada um dos subsistemas precisam ser comparados;
- d) os subsistemas são interdependentes e, para compreendê-los, faz-se necessário considerar todos os subsistemas componentes da família;
- e) as transições no desenvolvimento de qualquer membro da família constituem desafio para o sistema inteiro. Tais transições, sejam elas normativas (como a entrada na escola, puberdade e casamento) ou não normativas (doenças, divórcio, acidentes), freqüentemente servem como um impulso direto para mudanças no desenvolvimento que, por sua vez, afetam os processos familiares.

2.4. A formação do novo casal

Como entendido em nossa sociedade ocidental, o casamento inicia-se através da escolha conjugal. Para que possa ser construído com êxito, é necessário que cumpra algumas funções pré-determinadas e costuma passar por um ciclo de vida específico (Menezes, 2001). Porém, o entendimento e o conceito de casamento vêm sofrendo alterações ao longo do tempo. No mundo moderno, as escolhas são feitas pelos próprios cônjugues, que contam hoje com possibilidades não existentes anteriormente como o divórcio e a união estável. Desde então, a escolha do conjugue é uma escolha individual, que diz respeito apenas a díade, sem imposições de terceiros na escolha. Porém, acredita-se que mesmo de forma sutil, a escolha ainda permanece atrelada a influências transgeracionais, em alguns casos inevitáveis e incontroláveis.

A constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. Assim sendo, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais. Se por um lado as ideias individualistas estimulam a autonomia dos cônjugues, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro lado, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998).

Um dos aspectos centrais que caracterizam os relacionamentos conjugais é a crescente expectativa depositada nestas relações (Lemaire, 1990). Cada vez mais, os indivíduos esperam mais dos seus pares, e devido a isso, tornam-se mais vulneráveis as frustrações. O autor afirma inclusive que muitas vezes se busca no casamento uma estrutura-refúgio, onde os indivíduos possam viver os desejos e as necessidades insatisfeitos. Além disso, a própria cultura já impõe uma visão romântica e idealizada do casamento.

O desejo de companhia e de pertinência é inerente ao ser humano, conforme afirma Anton (2000). O “outro” é um ponto de referência indispensável para a conservação da percepção lógica e organizada de si mesmo. Mas, para que haja a formação de uma dupla através da eleição de um cônjuge, é necessário que exista ressonância entre os indivíduos. No ponto de vista de Carter e McGoldrick (1995), a escolha conjugal de cada indivíduo está relacionada aos modelos parentais, às expectativas que surgem no indivíduo a partir da sua vivência na família de origem e aos padrões de interação estabelecidos nos sistemas originais de cada um. As autoras afirmam que quanto mais as questões de fusão na família ampliada forem resolvidas e entendidas antes do desenvolvimento de

novos relacionamentos, mais facilmente o indivíduo poderá passar para uma fase mútua, interdependente, de verdadeira intimidade, mais livre das projeções da família de origem. Com isso, há a possibilidade de um relacionamento conjugal com mais êxito.

2.5. Além de marido e esposa: Pai e Mãe

Após terem atravessado as duas primeiras etapas do ciclo de vida familiar (jovem adulto solteiro e formação do novo casal), através da chegada do primeiro filho, as famílias entram no terceiro estágio do ciclo de vida familiar. Carter e McGoldrick (1995) afirmam que biologicamente, tornar-se um progenitor é o evento que identifica este estágio. Porém, ser um progenitor é o resultado psicológico e social, e é mais do que um vínculo entre duas gerações. Com a transição para a paternidade, a família se torna um grupo de três, o que a transforma em um sistema permanente. Se um cônjuge sem filhos parte, não resta nenhum sistema, mas, se uma pessoa deixa a nova tríade do casal e do filho, o sistema sobrevive. Dessa forma, simbolicamente e na realidade, essa transição constitui uma transição-chave no ciclo de vida familiar (Carter & McGoldrick, 1995).

A formação da maternidade e da paternidade envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões (Maldonado, 2000). Verifica-se a mudança de identidade e uma nova definição de papéis. A mulher passa a se olhar e a ser olhada de uma maneira diferente e este mesmo processo acontece com o homem (Deucher, Buzzello & Zampieri, 2004)

Tornar-se pai/mãe é uma mudança de estágio do ciclo de vida familiar que requer do adulto avançar uma geração e se tornar cuidador da geração mais jovem. Quando pais não são capazes de se adaptarem a essas mudanças, surgem, na nova relação familiar, problemas como: brigas entre o casal devido à dificuldade em assumir a responsabilidade, recusa ou dificuldade de comportar-se como pai ou mãe, dificuldades em impor limites e exercer a autoridade necessária (Almeida, 2007).

Apesar de ser considerado um acontecimento normativo no ciclo de vida de uma família (Boss, 2002), o nascimento de um filho pode ser fonte de estresse pelas exigências de prestação de cuidados, pela reorganização individual, conjugal, familiar e profissional que exige (Moura Ramos, 2006). Mas pode ser também, grande fonte de satisfação pela realização pessoal que promove, pelo novo significado que atribui a vida dos pais e pela aproximação que pode causar nos membros do casal e da família em geral (Cowan & Cowan, 2000).

Como em qualquer outro estágio de transição, é comum a existência de uma crise depois da chegada do primeiro filho. Alguns estresses, que costumam ocorrer na família em momentos de transição do ciclo de vida, podem levar a rompimento neste ciclo, causando sintomas e disfunção. Em geral, essas crises são comuns quando há acréscimo ou perda de membros.

O início da construção da parentalidade se dá antes mesmo da concepção. É a partir da história particular de cada indivíduo que se instaura, ou não, a possibilidade desta construção. É de acordo com a história de cada casal que será possível a abertura, ou não, de espaço para um novo ser na família (Menezes, 2001). Szejer e Stewart (1997) salientam que, apesar de todos os nascimentos serem importantes e singulares, o primeiro tem a característica especial de inscrever, pela primeira vez, os pais no mundo da parentalidade.

A gestação funciona, para os pais, como um período de preparação para os novos papéis que deverão assumir frente ao bebê e a tudo que ele irá exigir (Piccinini, Silva, Gonçalves & Lopes, 2004). A elaboração das fantasias, sentimentos, a revisão da sua própria infância e dos papéis parentais, bem como as preocupações decorrentes desta transição, são algumas das características desta etapa do desenvolvimento (Brazelton, 1988).

2.6. Formas diferentes de vivenciar a transição para a parentalidade: a vivência de ser mãe.

As mulheres sempre desempenharam um papel central nas famílias, mas a ideia de que elas têm um ciclo vital à parte de seus papéis como esposas e mães é uma ideia relativamente recente, e ainda não amplamente aceita em nossa cultura. A expectativa em relação às mulheres tem sido a de que elas cuidariam das necessidades dos outros: primeiro dos homens, depois das crianças e depois dos idosos. Raramente era aceito que as mulheres tivessem uma vida própria, além dos papéis que desempenhavam em suas famílias (Carter & McGoldrick, 1995). As autoras apontam que as mulheres estão expostas a índices mais altos de mudança e instabilidade em suas vidas que os homens e são mais vulneráveis aos estresses de ciclo de vida, em virtude de seu maior envolvimento emocional com as vidas daqueles que as cercam. Sua sobrecarga de papéis as deixa ainda mais sobrecarregadas quando acontecem estresses imprevisíveis, tais como doenças, divórcio e desemprego.

A percepção de que o valor dado à maternidade passou por uma construção e evolução histórica nos leva a refletir sobre a importância do papel social da mãe e de como se deu essa transformação atrelada à construção social da identidade feminina. O impulso inicial à fundação da família moderna, ou seja, a família fundada no amor materno e na igualdade dos papéis conjugais se

deu por meio das mudanças na concepção de infância, de maternidade e de vínculos que se instalaram e que levaram aos pais novos sentimentos em relação à conjugalidade, à mãe e ao amor materno (Emidio & Hashimoto, 2008).

O parto é considerado também como um processo social, porque afeta a relação entre o marido e a mulher, o grupo em que ambos estão inseridos, levando, a uma redefinição da identidade da mulher que passa, agora, a assumir o papel de mãe. A redefinição dessa identidade é decorrente dos novos papéis sociais vividos pela mulher e está condicionada às modificações que ocorrem nos aspectos biológicos (Kimura, 1997).

Há uma imagem da maternidade construída na mentalidade dos indivíduos do grupo social em geral e, portanto também, na da mulher que vivencia o processo gravídico-puerperal (Kimura, 1997). Como lembra Maldonado (1989), quando a mulher se torna mãe, tem como tarefa principal forjar uma imagem de mãe que lhe seja própria. No contexto concreto, objetivado na vivência da mulher expressa em seu comportamento no desempenho do papel materno, há um processo de "identificação" com o modelo de ser mãe, o mais familiar para cada um de nós - a nossa própria mãe, ou a pessoa que preencheu a função maternal. Canavarro (2001) aponta que a construção da identidade materna envolve a referência à relação da grávida com a sua mãe, assim sendo, a própria mãe é para cada mulher o primeiro e principal modelo de comportamentos e afetos maternos.

No caso de existir identificação, as atividades maternas são reproduzidas, ou repetidas de maneira semelhante ao modo de cuidar recebido. Porém, mais do que um processo de simples reprodução de um modelo materno, ocorre uma verdadeira reavaliação desta relação durante a gravidez, que permite adotar alguns comportamentos semelhantes aos da mãe que considere adequados e outros comportamentos diferentes em substituição aos que considera disfuncionais, ou pouco adaptados à sua situação pessoal, construindo assim a sua própria identidade materna (Canavarro, 2001)

Já nos casos em que não há esse tipo de identificação, ocorre uma identificação às avessas, ou seja, a mãe passa a ter reações comportamentais compensatórias que evitam o modelo recebido, por contestar ou criticar o modelo de "maternagem" ao qual foi submetida; convertendo-se em nova forma de rigidez (Maldonado, 1989).

Numa perspectiva desenvolvimental, é consensual que, ao longo do ciclo de vida, as pessoas encontram numerosos períodos de transição que envolvem a atualização do autoconceito e das relações com os outros significativos (Canavarro, 2001). A gravidez e a maternidade são normalmente descritas como uma das tarefas desenvolvimentais mais significativas da idade adulta. De fato, a gravidez, principalmente a primeira, envolve uma reorganização em todos os níveis: biológico, cognitivo, emocional, relacional e social, transformando a relação da mulher com o seu

corpo, o seu self, as suas figuras significativas e a sua comunidade, constituindo-se assim como uma transição desenvolvimental (Meireles & Costa, 2005).

As mudanças que acontecem no corpo da mulher durante a gravidez confrontam a mulher com a existência do bebê e com o seu novo papel de mãe: o seu corpo passou a conter outra pessoa. Através dos movimentos fetais a consciência da presença do bebê vai sendo cada vez mais forte, sendo este um dos acontecimentos mais significativos da gravidez (Meireles & Costa, 2005). Esta realidade física prepara a mulher grávida para mudanças profundas na sua realidade psicológica.

Outro fator relativo à gravidez e que irá influenciar diretamente na forma como a mãe vivenciará este momento é o fato da gravidez ter sido ou não planejada e ser ou não desejada. Associado a isso, outros fatores como a dificuldade para engravidar ou complicações médicas também podem levar a mãe a ter sentimentos diversos frente a este momento de transição (Meireles & Costa, 2005). Todos esses fatores que condicionam a vivência da gravidez são reconstruídos ao longo do processo gravídico, reenquadrados em diferentes configurações psicológicas, numa dinâmica desenvolvimental que deverá confluir para a resolução idiossincrática das tarefas psicológicas da gravidez.

O comportamento materno implica todo comportamento de uma mulher que aguarda um filho, as suas fantasias, expectativas e atitudes durante as várias semanas de gravidez, as suas fases de aproximação ao parto e o período subsequente (Lucas, 1998). Luísa Mascoli (1990) relata que esperar um filho e em especial o primeiro, é um dos acontecimentos mais importantes da vida da mulher e representa, sem dúvida, um desafio à sua maturidade e à estrutura da sua personalidade; é também uma oportunidade para o desenvolvimento de novas responsabilidades diante de um novo ser, perante o qual a mulher se sente geralmente ligada desde o início, por uma relação de dependência mútua e progressiva.

2.7. Formas diferentes de vivenciar a transição para a parentalidade: a vivência de ser pai.

O conceito de paternidade e a sua vivência concreta têm sido alvo de reflexões e debates, desde o final do século XIX. Estudar o papel do pai na atual sociedade ocidental transformou-se numa tarefa só entendível através de uma perspectiva inter e multidisciplinar, onde a psicologia e a educação, a lei e a jurisprudência, a sociologia e a biologia genética têm assento (Balancho, 2004).

Segundo referenciais de gênero, apreendidos ao longo da vida e que determinam funções socialmente legitimadas, homens e mulheres inserem-se na vida familiar. Ao homem, o modelo patriarcal outorgou o poder de estabelecer na trama doméstica o diálogo com a família quando lhe

convém, cabendo às mulheres a responsabilidade de manter a harmonia das relações parentais no âmbito privado (Freitas, Silva, Coelho, Guedes, Lucena & Costa, 2009).

Num período ainda recente de nossa história, o homem encontrava dificuldades para separar sua individualidade das funções de pai. Manteve-se assim, protegido no silêncio, comprometedor de toda possibilidade de diálogo com a família, especialmente com os filhos. Foi sempre apoiado pela cultura que, sendo patriarcal, reservou-lhe lugar acima da trama doméstica constituída, sobretudo pela mulher e pela criança. Esta situação vem modificando-se, lenta e progressivamente, sob a égide de transformações mais amplas, em cujo fluxo imbricam-se de modo indissociável, sociedade e família (Gomes & Resende, 2004). Corroborando com essa ideia, Silva e Piccinini (2007) apontam que os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres estão mudando rapidamente, criando assim novas expectativas, crenças e atitudes sobre o que pais e mãe devem ou não fazer no contexto familiar. Já as autoras Sutter e Bucher-Maluschke (2008) apontam que as pesquisas relacionadas com o tema paternidade colocam o pai em seu lugar tradicional, embora algumas mudanças já possam ser observadas.

Acompanhando o ritmo dessas mudanças, os pesquisadores têm se focado a compreender como este “novo” pai lida com esse papel e quais as implicações disso para a família, colocando em xeque velhos estereótipos sobre o pai frio, autoritário, insensível e que não manifesta afeto por seus filhos. Estes estudos mostram a diversidade de modelos de paternidade e de comportamentos dos pais para com seus filhos (Peruchi & Beirão, 2007).

O homem também sofre o impacto da mudança de papéis. O medo, a responsabilidade com relação ao bebê que está no ventre da companheira, as alterações no comportamento dela (muitas vezes sem uma causa aparente) também levam o homem a viver essa fase de forma conflituosa (Freitas, Coelho & Silva, 2007). Em alguns casos, sentir-se pai ocorre apenas depois do nascimento do filho. Costa (2002) sugere que para que o homem sinta-se pai antes do nascimento do filho é necessário, além da proximidade física com a gestante, o envolvimento afetivo e aceitação da gravidez, além da necessidade de ter sido construída como projeto no passado, mesmo que esse projeto fosse para outro momento.

Alguns estudos apontam que há sim envolvimento do pai já no período da gravidez. Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes e Tudge (2004) verificaram que há um expressivo envolvimento dos pais com seus filhos nesse período, tanto em termos emocionais quanto comportamentais. Os resultados apontaram mudanças importantes quanto à experiência da paternidade na gestação, período tradicionalmente restrito ao universo feminino. Porém, alguns pais ainda mostraram resistências ou dificuldades diante do vínculo com o bebê e da participação nesse período, evidenciando que o grau de envolvimento paterno na gestação é bastante variável.

Além das características individuais do pai, questões emocionais, culturais, religiosas e familiares permearão a vivência da paternidade como experiência desejada ou não desejada, ditando como será estabelecida a relação entre homem e mulher e com o filho (Freitas, Coelho & Silva, 2007). Sutter e Bucher-Maluschke (2008) chamam de paternidade participativa aquela que subentende o cuidado e o envolvimento constante no cotidiano dos filhos – nos domínios da alimentação, higiene, lazer e educação.

O distanciamento do homem dos processos de gestação e parto gera nas mulheres sentimento de vazio e solidão, por não sentirem-se apoiadas por seus companheiros neste momento tão importante. Estes processos são acentuados pela falta de espaço e oportunidade que os pais têm de participarem do processo gravídico desde o pré-natal (Freitas, Coelho & Silva, 2007). Estes autores apontam que há necessidade de planejamento de ações institucionais específicas para essa população, a fim de oferecer suporte nas situações de conflito geradas pela gravidez e pelo nascimento dos filhos, para que os homens possam se tornar referência de apoio emocional às suas companheiras. Embora ainda incipientes, algumas iniciativas vêm sendo adotadas no sentido de estimular a participação masculina no processo gestacional, parto, puerpério, e demais eventos que envolvem a relação pai, mãe e filhos.

Estimular a participação do homem durante todas as fases da gestação e depois do nascimento da criança poderá criar uma situação de bem-estar para todos os envolvidos no processo, de modo a se estabelecerem relações mais igualitárias. Freitas, Coelho e Silva (2007) apontam que o cotidiano do cuidado à saúde da mulher vem mostrando que a relação com o parceiro sexual influencia profundamente o bem-estar da mulher na gestação e após o nascimento dos filhos, seja pela sua presença, aceitação e prazer de estar junto, seja pela sua ausência, resistência e negação da responsabilidade.

2.8. Conjugalidade e Parentalidade

Conforme Cowan (1991), embora as pesquisas apontem que este período de transição é vivenciado com alegria e otimismo, é também um período de crise frequentemente desconsiderado pelo casal e pela família ampliada.

A transição para a parentalidade traz riscos significativos para o homem, para a mulher e para o casal, evidenciados principalmente pelo declínio da satisfação conjugal durante a gravidez e nos primeiros anos da criança, como também pela insatisfação no casamento durante o primeiro ano após o parto (Cowan, 1991). Este autor aponta que o bebê causa um impacto na vida dos pais, mas

acredita que o estado anterior de adaptação e ajustamento do casal contribui muito mais para a crise do que a presença do bebê propriamente dita, pois a transição para a parentalidade parece intensificar o estresse entre os pais, amplificando as diferenças entre o casal e aumentando a insatisfação no casamento.

Walsh (2002) sugere que o sucesso ou o fracasso do casamento está ligado ao cumprimento, ou não, das regras de colaboração estabelecidas pelo casal. Estas regras envolvem a definição que cada cônjuge possui a respeito de casamento, valores, ideias da família de origem e da sociedade sobre a construção de papéis, direitos e responsabilidades de marido e esposa.

Seis níveis nos relacionamentos dos casais atuam como indicadores da funcionalidade dos mesmos (Walsh, 2002):

- a) Poder e Igualdade: alguns casais são capazes de manter uma complementaridade diante das obrigações e ainda assim mantêm um sentido de igualdade e liderança partilhada;
- b) Adaptabilidade: diz respeito ao equilíbrio entre a manutenção de uma estrutura estável e concomitantemente flexível a negociações e mudanças da vida;
- c) Coesão: apresenta-se nos casais que conseguem encontrar um equilíbrio entre proximidade e respeito ao distanciamento e às diferenças individuais;
- d) Processos comunicativos: para manter um relacionamento saudável, é necessário clareza de regras, papéis e mensagens com constantes redefinições e explicitações de ideias e expectativas de cada cônjuge em relação ao companheiro, a si e ao casamento;
- e) Expressão de emoções: casais que conseguem manter a expressão recíproca dos sentimentos de amor, afeto e cuidado são bem sucedidos e conseguem fazer com que ambos se sintam reconhecidos, acarinhados, cuidados e amados;
- f) Resolução de problemas: é a capacidade que os casais têm de identificar um problema e resolvê-lo.

Kreppner (2000) identificou em sua pesquisa que quanto melhor a qualidade do relacionamento marital durante a gravidez, melhor o enfrentamento do casal ao estresse de cuidar de uma criança durante os primeiros meses após o nascimento. O autor aponta inclusive que os relacionamentos conflituosos entre os pais operam como produtores de efeitos nos relacionamentos pais-criança, afetando o relacionamento familiar e o desenvolvimento individual de cada membro.

Menezes (2001) através de um estudo de caso coletivo e longitudinal aponta que a qualidade da relação conjugal estabelecida antes da transição para a parentalidade é um fator central para a compreensão da conjugalidade durante a mesma. Os casais que apresentam um envolvimento

afetivo antes do nascimento do primeiro filho tendem a manter essa condição após o nascimento, conseguindo observar os aspectos positivos desta vivência e reservando um espaço para estarem a sós. Por outro lado, aqueles que apresentam um distanciamento afetivo antes do nascimento, mostram-se também distantes depois do nascimento, e apresentam dificuldades em reservar um tempo para ficarem a sós.

O mesmo autor aponta que o percurso de cada casal depende do modo como sua relação está estabelecida e do modo como cada cônjuge é capaz de resolver suas frustrações e elaborar suas perdas, inclusive a perda da exclusividade do companheiro. Wendt (2006) diz que nesta fase, as chances de diálogo privado e de intimidade, inclusive a sexualidade do casal, ficam reduzidas. É comum que apareçam em um dos cônjuges sentimento de competição e de ciúmes por estar sendo deixado de lado ou em segundo plano. Em virtude do tempo que o casal perde com os cuidados com a criança, muitas vezes diminuem a quantidade de tempo que o casal tem para passearem juntos. Assim também, a sensação de ter que dividir a atenção do parceiro pode ser vivenciada com intensidade e gerar conflitos e desgastes destrutivos se o casal não souber enfrentar a mudança de uma relação dual para uma relação triádica.

3. Método

Este estudo caracteriza-se como uma revisão simplificada de literatura. Na operacionalização dessa revisão, utilizou-se as seguintes etapas: seleção da questão temática; estabelecimento dos critérios para seleção dos estudos; análise e interpretação dos resultados e apresentação da revisão. Foram consultadas bases de dados através da BVS-Psi e uma busca complementar no Google Acadêmico, utilizando os descritores “conjugalidade e parentalidade” em artigos indexados. Após o levantamento das publicações, os resumos foram lidos e analisados segundo critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. Foram incluídas apenas as publicações que tratavam das temáticas conjugalidade e parentalidade simultaneamente. Os trabalhos selecionados foram recuperados na íntegra e posteriormente analisados.

4. Resultados e Discussão

4.1 Artigos selecionados e os métodos utilizados.

Na busca pelos termos conjugalidade e parentalidade foram encontrados 12 artigos e dentre estes, foram selecionados 8 (referências em anexo) que eram condizentes com a temática e com os objetivos deste trabalho. Em relação ao método utilizado nos artigos, 1 deles apresentava um estudo de caso coletivo; 2 realizaram uma revisão integrativa de literatura; 2 eram artigos teóricos clínicos e 3 utilizaram escalas e questionários.

O artigo que apresentava um estudo de caso coletivo (Menezes & Lopes, 2007) realizou uma pesquisa do tipo longitudinal, abrangendo cinco etapas: o último trimestre de gestação e o terceiro, o oitavo, o décimo segundo e o décimo oitavo mês de vida dos bebês. A amostra foi composta por quatro casais adultos, com idades entre 20 e 30 anos, que esperavam seu primeiro filho e que foram recrutados em grupos de preparação para gestantes em Porto Alegre. Em cada uma das etapas consideradas, os casais foram contatados e entrevistados conjuntamente, com base em entrevistas semi-estruturadas. A análise dos dados foi realizada a partir das análises qualitativas e quantitativas de conteúdo.

Dos artigos que realizaram uma revisão integrativa de literatura, o primeiro deles (Scorsoloni-Comin & Santos, 2010) utilizou-se do unitermo “satisfação conjugal” e pesquisou nas bases de dados Scielo e LILACS. O levantamento compreendeu o período de 1970 a 2008, tal abrangência de tempo objetivou traçar um perfil das publicações ao longo dos 38 anos, na tentativa de recuperar uma amostra abrangente de trabalhos produzidos a respeito do tema. Foram encontrados 19 artigos na busca pelo unitermo “satisfação conjugal”. Desses 19, 12 foram escolhidos conforme critérios de inclusão e exclusão previamente determinados pelos autores. Em relação ao ano de publicação dos trabalhos selecionados, 70% deles encontravam-se nos anos 2000, com 30% no ano de 2004. Apenas 30% dos trabalhos foram produzidos na década de 1990, sendo que o mais antigo datava de 1987, revelando a atualidade do tema.

O outro artigo que utilizou a revisão integrativa de literatura (Scorsoloni-Comin & Santos, 2009) foi escrito pelos mesmos autores e com o mesmo procedimento de busca nos bancos de dados, porém, o foco do estudo era fazer um levantamento dos principais instrumentos e métodos utilizados pelos estudos para mensurar a satisfação conjugal. Dos artigos escolhidos, destaca-se a prevalência da Escala de Ajustamento Diádico – DAS (Dyadic Adjustment Scale). Outros instrumentos utilizados foram: Questionário de Avaliação das Estratégias de resolução de conflitos

e comunicação (HSP – Health and Stress Profile); escala de Avaliação da Relação de Hendrick e Escala Fatorial de Satisfação em Relacionamento de Casal (EFS-RC), esta última desenvolvida no Brasil e com índices psicométricos satisfatórios. Os autores destacaram a premência de desenvolvimento de escalas nacionais, além da validação da Escala de Ajustamento Diádico (DAS) para o contexto brasileiro, a fim de agregar conhecimentos qualificados à área e subsidiar o diálogo com estudos transculturais.

Dos artigos teóricos-clínicos, um deles se baseou na teoria Psicanalítica e outro na Psicologia Positiva. O artigo baseado na teoria psicanalítica (Zornig, 2010) buscou refletir sobre os elementos fundamentais da construção da parentalidade a partir do conceitual psicanalítico que questiona a ideia de um modelo familiar ideal e busca indicar como o processo de tornar-se pai e tornar-se mãe é um longo percurso que se inicia muito antes do nascimento de um filho. Baseando-se nas publicações sobre o tema e na experiência prática, a autora argumenta que o percurso se inicia na infância de cada um dos pais e que o nascimento de um filho produz uma mudança irreversível no psiquismo dos mesmos.

O artigo baseado na perspectiva da Psicologia Positiva (Prati & Koller, 2011) se fundamentou nas publicações que vêm sendo feitas sobre o tema e também correlacionou isso com a experiência prática, com as manifestações que ocorrem na terapia. As autoras concluíram que entre os aspectos que podem surgir em terapia, está a mudança de relação com as famílias de origem, o aumento de interesses ou busca de novas possibilidades profissionais de cônjuges e a coparentalidade em si mesma. As autoras enfatizam ainda a importância de focar o trabalho no que as famílias têm de funcional e saudável, ao contrário de algumas abordagens que dão enfoque na doença.

Dos artigos que utilizaram-se de escalas e questionários para investigar sobre a parentalidade e a conjugalidade, o primeiro deles (Frizzo, Brys, Lopes & Piccinini, 2010) realizou um estudo com 22 casais, divididos em dois grupos, um em que a esposa apresentava indicadores de depressão, e outro em que não apresentavam, segundo o Inventário Beck de Depressão. Os bebês tinham em torno de 12 meses de idade, sendo 8 meninas e 14 meninos. Foi utilizado um delineamento de grupos contrastantes a fim de comparar as eventuais diferenças entre os casais cujas esposas apresentavam ou não indicadores de depressão. A amostra foi selecionada dentre os participantes do “Estudo Longitudinal de Porto Alegre: Da Gestação à Escola – ELPA. Para fins deste estudo, foram utilizados os dados relativos à coleta de dados realizados aos 12 meses de idade do bebê. A esposa e o marido responderam separadamente à entrevista sobre o desenvolvimento do bebê e a experiência da maternidade e à entrevista sobre o desenvolvimento do bebê e a paternidade. Depois, ambos

respondiam à entrevista com o casal com bebê de doze meses cujo objetivo era investigar como estava a vida do casal no momento, sua rotina e o relacionamento conjugal.

O segundo artigo (Levandowski, Piccinini & Lopes, 2009) também selecionou dentre os participantes do Estudo Longitudinal de Porto Alegre (“da Gestação à Escola”) 3 casais adolescentes cujos membros tinham entre 14 e 18 anos de idade no início da coleta de dados. Os critérios para a escolha dos 3 casais foram: idade máxima de 18 anos, manutenção da relação do casal, com coabitação desde a gestação até o segundo ano do bebê e a realização de todas as etapas da coleta de dados. Cada caso foi investigado em quatro momentos: terceiro trimestre da gestação, terceiro mês, primeiro e segundo ano do bebê. Foram utilizados diversos instrumentos para coleta de dados, além dos já citados no artigo anterior, também se utilizou a Entrevista de Contato Inicial, Entrevista de Dados Sociodemográficos do Casal, Narrativa Conjunta do Casal sobre a sua história.

O terceiro artigo que teve como objetivo apresentar e discutir as particularidades da satisfação conjugal antes e depois da chegada dos filhos (Lima & Alves, 2010), analisou as respostas de 174 sujeitos com e sem filhos – divididos igualmente entre os sexos, casados pela primeira vez por um período entre um e dez anos completos, grau de instrução mínimo de ensino médio incompleto. Foram utilizados os seguintes instrumentos: Formulário do Conceito de Satisfação Conjugal (FCSC), Escala de Satisfação Conjugal (ESC) e a Marital Adjustment Test, adaptado à realidade brasileira (MAT-MARI).

4.2. Principais resultados dos artigos e reflexões sobre a prática clínica.

Zornig (2010) apresentou que o nascimento de um filho produz uma mudança irreversível no psiquismo parental, podendo inclusive, auxiliar na retificação da sua história infantil. A pré-história da criança se inicia na história individual de cada um dos pais, o desejo de ter um filho reatualiza as fantasias de sua própria infância e do tipo de cuidado parental que puderam ter. As relações entre pais e filhos são influenciadas pela história infantil de cada um dos pais e pelo modelo de relação amorosa que eles internalizam. Belsky e Isabella (1985) colocam que a forma como os novos pais foram criados por seus pais, poderá influenciar na forma de criação e interação com a criança. O sistema familiar nuclear participa de um processo de influências recíprocas com outros sistemas humanos, entre eles encontra-se a família extensa (Minuchin, 1982). Zornig (2010) argumenta ainda que na clínica direcionada à parentalidade, tem-se observado cada vez mais a necessidade de manter uma relação dialética entre a história cultural e familiar que antecede os pais e a possibilidade de criar uma nova relação, um novo espaço entre pais e filhos. Se a parentalidade

se inicia na infância dos pais, seu exercício e sua prática influenciam, de maneira indelével, a construção subjetiva da criança, e por isso a importância de estudos que contemplem este tema.

As informações apresentadas nestes estudos demonstram que na prática clínica as famílias que se encontram nesta fase do ciclo de vida com filhos pequenos necessitam de um apoio emocional, onde através da escuta terapêutica se possa investigar, junto à família, sobre o seu passado, sobre suas histórias e suas crenças. Um recurso terapêutico importante que ajuda a conhecer as famílias é o Genograma ou Genetograma. Segundo Barreto (2010) os dados obtidos por meio do genograma ajudam a visualizar os padrões de relacionamento familiar, sua rede de apoio, antecipar possíveis problemas, pensar em formas de enfrentar as dificuldades vivenciadas e auxilia o profissional envolvido e a própria família a passar pelas fases que ainda estão por vir dentro do ciclo de vida. Ele ainda pode proporcionar boas hipóteses para a solução / compreensão das dificuldades e problemas envolvidos nas crises ou pontos críticos na vivência da família, além de elucidar padrões familiares.

Outro fator interessante visto nas pesquisas foi em relação à qualidade da conjugalidade antes da transição para a parentalidade. Menezes e Lopes (2007) concluíram que a transição pela qual os casais passam, ao terem seu primeiro filho, pode gerar mudanças positivas ou negativas em sua conjugalidade, assim como promover envolvimento ou distanciamento emocional. É a qualidade da relação conjugal que se mostra determinante para a conjugalidade ser preservada ou não. A parentalidade se manifesta de forma diferente em cada casal. Outros autores já apontaram que a relação estabelecida anteriormente irá se perpetuar também após o nascimento do primeiro filho (Menezes, 2001; Kreppner, 2000). Este dado aponta para a importância de se construir uma relação conjugal sólida antes de planejar a chegada de um filho. Além disso, Menezes e Lopes (2007) também relataram que a participação e influência dos familiares pareceu muito intensa, tanto no momento da escolha, quanto no momento da manifestação da conjugalidade e de sua preservação, ou não. Os modelos transgeracionais acompanham todos os casais, uns de forma a serem repetidos, outros de forma a serem evitados. Desta forma, percebe-se que a avaliação da qualidade da relação conjugal e o estudo do ciclo vital dos casais parecem relevantes e imprescindíveis para o trabalho com este tema. Deste modo a psicoterapia pode auxiliar a família a se abrir para o diálogo e se disponibilizar a vivenciar situações diferentes das vividas em suas famílias de origem.

Levandowski, Piccinini e Lopes (2009), ao investigar as dimensões individualidade e conjugalidade na relação de casais adolescentes, consideram que a conjugalidade foi incrementada a partir da gravidez, ficando enfraquecida após o nascimento do bebê e sendo novamente enfatizada no segundo ano da criança. Cowan (1991) discordou em parte desta afirmativa, concluindo que a

transição para a parentalidade pode trazer riscos significativos para o casal, evidenciados tanto pelo declínio da satisfação conjugal durante a gravidez e nos primeiros anos da criança, quanto pela insatisfação no casamento durante o primeiro ano após o parto. Em relação ao primeiro ano de nascimento da criança, ambos concordam que neste momento há enfraquecimento da relação conjugal, voltando a se fortalecer no segundo ano de vida da criança. O estudo de Menezes e Lopes (2007), compartilha desta idéia em seu estudo que indicou que a frágil intimidade estabelecida durante o namoro contribui para o enfraquecimento da conjugalidade na relação para a parentalidade. Parece que nem a coabitação colaborou muito para isto, já que nem sempre havia um aproveitamento satisfatório das oportunidades de diálogo e convivência, e o contato sexual ficou reduzido para os participantes.

Scorsolini-Comin e Santos (2009) apresentaram um panorama da literatura acerca do tema da satisfação conjugal, mas o foco foi nos instrumentos e métodos utilizados pelos estudos para mensurar a satisfação dos casais. Concluíram que a atualidade do tema “satisfação conjugal” é um dado acentuado na literatura, assim como a sua complexidade, bem como a multiplicidade de vozes que são evocadas quando se discute ou se estuda a satisfação no relacionamento diádico, seja esse conceito equivalente ao privilegiado nesta revisão ou outros apontados, tais como qualidade, ajustamento, sucesso.

Lima e Alves (2010) também investigaram sobre as particularidades da (in)satisfação conjugal antes e depois da chegada do primeiro filho e concluíram que a hipótese de que a satisfação conjugal apresenta-se de forma diferente entre grupos, com prejuízo dela nos casos de pessoas com filhos, confirmou-se tanto por meio dos resultados quantitativos, quanto nos qualitativos. A dificuldade de adaptação de algumas pessoas, constatada na exigente transição e adaptação do papel conjugal ao papel parental, pode gerar insatisfação conjugal. Os relacionamentos são configurados por um grande número de expectativas, riscos e possibilidades. A partir disso, tem-se um terreno fértil para o surgimento de problemas, inerentes ao casamento e às relações familiares, que surgem a partir da subjetividade de cada um dos cônjuges. Tais dados promovem reflexões importantes para profissionais que trabalham com casais e levantam novos questionamentos a serem estudados em futuras oportunidades.

Os dois artigos que abordaram o tema da satisfação conjugal apontaram este aspecto como fonte de saúde e qualidade de vida. Em relação a isso, com auxílio dos profissionais, os casais que vivenciam a transição para a parentalidade poderão ter uma transição tranquila, sem deixar que a entrada de um novo membro na família influencie negativamente na satisfação conjugal. Anton (2000) afirma que o desejo de companhia e de pertinência é inerente ao ser humano, mas que para que haja a formação da nova dupla, é necessário ressonância entre os indivíduos. Sendo assim, se os

novos casais conseguirem passar por essa transição, fazendo os ajustes necessários, é provável que se sintam satisfeitos e que desfrutem de um relacionamento prazeroso.

Frizzo, Brys, Lopes e Piccinini (2010) se propuseram a investigar o relacionamento conjugal no contexto de depressão materna, no final do primeiro ano de vida do bebê. Indicaram que, comparado ao grupo sem depressão, as esposas com indicadores de depressão, relataram mais dificuldades com relação ao companheirismo e o tempo para o casal, à comunicação e resolução de conflitos e à avaliação global da qualidade do relacionamento conjugal e sexual. Porém, os relatos mostram que, quando se tem filhos pequenos, pode ficar difícil organizar um tempo somente para o casal, mesmo na ausência de depressão. Este ajustamento entre o subsistema parental e conjugal é uma importante tarefa dessa etapa do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1995), por ser necessário criar um espaço para a inclusão do bebê sem perder o apoio e companheirismo no relacionamento do casal. Esse desafio pode ser sentido como algo já esperado ou suscitar sentimentos de insuficiência, fracasso e de esgotamento, dependendo da forma como o casal estabeleceu o vínculo afetivo e a forma como encara a gravidez e as consequências desta para suas vidas. A fase do ciclo vital do nascimento dos filhos por si só tende a ser estressante para a maioria dos casais pelas diversas readaptações que necessitam ser feitas. Na ocorrência de mais um estressor, como a depressão materna, pode ser ainda mais difícil realizá-las. Os autores apontam ainda para a importância de se investigar a conjugalidade e a depressão pós-parto devido a um possível efeito de contaminação de afetos, entre os diferentes subsistemas familiares. Quando a mulher encontra-se deprimida, com sentimentos de desvalia e dificuldades no relacionamento conjugal, isto pode também afetar a qualidade da relação que poderá estabelecer com seu bebê. Daí a importância de um diagnóstico precoce da depressão, bem como acompanhamento e tratamento para que a doença não venha influenciar na relação conjugal e na relação com a criança.

Prati e Koller (2011) realizaram um ensaio teórico-prático sobre o relacionamento conjugal e a transição para a coparentalidade na perspectiva da Psicologia Positiva e afirmaram que a coparentalidade engloba funções de cada membro do casal que se estendem além do âmbito biológico. Ela constitui-se em um rearranjo psíquico complexo que ocorre internamente e no espaço psicossocial. A transição de papéis é um processo considerado como crise situacional, pelo ajustamento às novas condições, podendo trazer repercussões no relacionamento conjugal. Os autores apontam que entre os aspectos que podem surgir em terapia estão: a mudança de relação com as famílias de origem; o aumento de interesses ou busca de novas possibilidades profissionais dos cônjuges; e a coparentalidade em si mesma. Uma crise esperada do desenvolvimento humano, como o nascimento de uma criança, em geral faz com que indivíduos, casais, família extensa e comunidade respondam de forma diferente. Essa modificação no padrão das relações comumente

permite que a família continue seu desenvolvimento, tendo renovadas suas forças e maturidade. Mas há famílias que passam por um período significativo de sofrimento e tem dificuldades de encontrar um novo padrão de relação saudável. Assim sendo, espera-se que terapeutas que lidam com famílias, busquem aspectos funcionais dentro deste emaranhado de mudanças. Pode-se constatar, que há uma aproximação de conceitos com a Teoria Sistêmica, tanto no que diz respeito a forma como encaram a chegada do primeiro filho, quanto a necessidade de um rearranjo na vida do casal.

Quase todos os artigos abordaram a transição para a parentalidade como uma fase de instabilidades, incertezas, rearranjos, necessitando de acompanhamento de terapeutas. A negociação de novos papéis gera conflitos comuns no contexto conjugal. Esta é uma mudança que requer que o adulto avance uma geração e se torne cuidador de uma nova geração (Almeida, 2007), porém, alguns pais apresentam dificuldades de se adaptarem as mudanças, surgindo assim problemas como brigas entre o casal e outras disfunções.

Para que a conjugalidade seja preservada, há que clarificar e ajustar expectativas, partilhar emoções e encontrar um reequilíbrio na relação, definindo limites e papéis, tendo em vista a evolução da família que irá continuamente acontecer, procurando soluções e recursos para cada momento. Um dos recursos que pode ser utilizado pelo casal é a psicoterapia familiar e de casal, que envolve mudanças nos padrões relacionais familiares, favorecendo a família experimentar novas formas de comunicação. O sintoma que se manifesta em um dos membros da família é um sinal de alerta da disfunção familiar, transferindo-se à questão individual para o plano relacional. O casal é incentivado a se abrir para o diálogo e a se disponibilizar a vivenciar novas situações diferentes das que viveu em suas famílias de origem, bem como a conhecer as expectativas de cada um e como cada um colabora para o funcionamento do sistema familiar.

Dentre os principais resultados encontrados pelos autores, constatou-se que todos concluíram que a transição para a parentalidade é um momento de muitas mudanças na vida do casal, necessitando de novas readaptações e rearranjos tanto na rotina do casal, como na forma de relacionamento estabelecido pela díade. Carter e MCGoldrick (1995) corroboram com esta ideia e identificam este período como muito importante na vida do casal, sendo necessário estabelecer novos papéis e relações para acolher o novo membro. Correlacionando com a prática clínica, é importante que esses novos pais sintam-se encorajados a redefinir certos aspectos em suas vidas, facilitando este momento de transição.

5. Considerações finais

Embora seja considerado um evento normativo no ciclo de vida familiar, a chegada do primeiro filho na vida do casal traz consigo diversas mudanças na estrutura familiar e nas rotinas do dia-a-dia dos progenitores, podendo acarretar um período de estresse. A vivência de cada casal é única e singular, mas algumas características são comuns a quase todos os casais. É um período que o casal pode vivenciar sentimentos e sensações ambivalentes, ora vivendo momentos de muita alegria, e ora vivendo momentos de tristeza, medo e preocupação.

Nesta terceira etapa do ciclo de vida familiar segundo Carter e MCGoldrick (1995), o maior desafio que as famílias vivenciarão é abrir espaço para a entrada de um novo membro. É um estágio crucial já que marca a existência de uma ligação que jamais se quebrará, uma vez que o casal poderá romper seu relacionamento. Entretanto, a partir do momento que decidem ter um filho, serão pais e mães para sempre, mesmo não sendo mais marido e esposa.

Se antes do nascimento do bebê os casais tiverem um relacionamento saudável, aberto, onde ambos conseguem expressar as suas emoções, é provável que mantenham isso após o nascimento. Ao contrário disso, se tiverem uma relação mais distante, esse modo de funcionar se perpetuará após a chegada do primeiro filho. Como bem nos lembra a teoria sistêmica, não podemos olhar esses casais fora do seu contexto, é preciso considerar suas vivências anteriores, sua história como filhos, sua cultura e seus valores.

Estão emergindo novos modelos e configurações familiares, e os profissionais que lidam com famílias precisam levar isso em consideração já que cada vez mais aumenta o número de uniões homoafetivas, recasamentos e outros modelos. Estudos serão necessários para entender como esses casais lidam com a chegada do primeiro filho, seja através de uma gestação ou de uma adoção.

Através deste estudo podemos constatar que a chegada do primeiro filho influencia em diversos fatores a vida do casal. A responsabilidade de ambos aumenta, algumas tarefas precisam ser partilhadas, mas ambos vivenciam um sentimento de satisfação e alegria. Porém, o tempo que o casal tinha para estar junto e compartilhar momentos, fica restrito, já que agora este tempo precisa ser dividido com uma criança que necessita de atenção e cuidados. Isso não quer dizer que o filho irá influenciar negativamente a vivência da conjugalidade, mas sim que será preciso novas adaptações e flexibilidade para saberem lidar com isso.

Pais e mães vivenciam a transição de formas diferentes. As mulheres por terem mais contato com o tema, desde cedo, terão mais facilidade para lidar com a transição, o que não torna esse

momento livre de temores, medo e ansiedade. Já os pais, que durante muito tempo se mantiveram distantes desse tema, já se mostram mais participativos e cada vez mais estão se envolvendo nos cuidados com a criança e mostram, inclusive, que já na gravidez vivenciam sentimentos ligados a chegada do primeiro filho.

Sugere-se novos estudos para entender como os casais estão lidando com a transição para a parentalidade. Um estudo longitudinal poderá apontar as diferentes vivências e sentimentos ao longo do período de gravidez até os primeiros anos de vida da criança. Além disso, estudos que verifiquem como os casais que adotam uma criança vivenciam esse período também são de grande importância para uma compreensão mais abrangente desse processo.

Psicólogos e terapeutas familiares necessitam conhecer sobre os diversos estágios do ciclo de vida, mas sem esquecer que cada casal possui a sua dinâmica própria e que nem sempre os resultados de pesquisas podem ser generalizados. Um olhar sistêmico sobre o casal, sua família de origem, seus costumes, sua cultura e seus valores, darão subsídios para uma intervenção mais contextualizada e efetiva.

6. Referências Bibliográficas

- Anton, I. C. (2000). *A escolha – motivações inconscientes – do cônjuge*. Porto Alegre: sagra: DC Luzzatto.
- Balancho, L. S. F. (2004) Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 377-386.
- Barreto, M. (2010) A Construção do genograma na terapia de casal. Monografia apresentada no Familiare Instituto Sistêmico.
- Belsky, J. (1981) Early human experience: a family perspective. *Developmental Psychology*, 17, 3-23.
- Belsky, J., & Isabella, R. A. (1985). Marital and parent-child relationships in family of origin and marital change following the birth of a baby: A retrospective analysis. *Child Development*, 56, 342-349.
- Bertalanffy, L. V. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- Bornholdt, E. A., Wagner, A. & Staudt, A. C. P. (2007). A vivência da gravidez do primeiro filho a luz da perspectiva paterna. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 19, 75-92.
- Boss, P. (2002). *Family stress management: A contextual approach*. Thousand Oaks: SAGE.
- Brazelton, T. B. (1988). *O desenvolvimento do apego: Uma família em formação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Canavarro, M. C. (2001). Gravidez e maternidade: Representações e tarefas de desenvolvimento. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Costa, R. G. (2002). Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Estudos Feministas*; 10: 339-356.
- Carter, B & MacGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar*. 2ªed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cowan, C. P., & Cowan, P. A. (1995). Interventions to ease the transition to parenthood: Why they are needed and what they can do. *Family Relations*, 44, 4, 412-424.
- Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (2000). *When partners become parents: The big life change for couples*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cowan, C. P. (1991). Individual and family life transitions: a proposal for a new definition. In: Cowan, P. A. & Hetherington, M. *Family transitions*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dessen, M. A. (1994). Interações e relações no contexto familiar: questões teóricas e metodológicas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 213-221, maio/ago.

- Dessen, M. A (1997). Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, 5 (3), Riberão Preto.
- Deucher, C. V.; Buzzello, C. S. & Zampieri, M. F. M. (2004). Grupo de gestantes e/ou casais grávidos: A universidade interagindo com a comunidade. *Revista eletrônica de extensão*, 1.
- Emidio, T. S & Hashimoto, F. (2008). Poder feminino e poder materno: Reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, 5 (2), 27-36.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (2), 379-394.
- Fleck, A. & Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, 8 (edição especial), 31-38.
- Freitas, W. M. F., Coelho, E. A. C. & Silva, A. T. M. C (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 137-145.
- Freitas, W. M. F., Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T. & Costa, A. P. T (2009). Paternidade: Responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Rev. Saúde Pública*, 43 (1), 85-90.
- Frizzo, G. B., Bryz, I., Lopes, R. C. S & Piccinini, C. A. (2010). Conjugalidade em contexto de depressão da esposa no final do primeiro ano de vida do bebê. *Alethéia* 31, 66-81.
- Gomes, A. J da S. & Resende, V. da R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 119-125.
- Jager, M. E. & Bottoli, C. (2011). Paternidade: vivência do primeiro filho e mudanças familiares. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13, 141-153.
- Kimura, A. F. (1997). A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno. *Rev. Esc. Enf. USP*, 31 (2), p.339-43.
- Klaus, M. H. & Klaus, P. H. (2001). *Seu surpreendente recém-nascido*. Porto Alegre: Artmed.
- Kreppner, K. (2000). The child and the Family: interdependence in developmental pathways. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 1 (16), 11-22.
- Krom, M. (2000). *Família e Mitos: prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus.
- Lemaire, J. (1990). *La pareja humana: su vida, su morte, su estructura*. México: Fondo de Cultura.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (2009). Individualidade e conjugalidade na relação de casal de adolescentes. *Psicologia em estudo*. 14 (4), 679-687.
- Lima, R. A. & Alves, I. C. B. (2010). As particularidades da (in)satisfação conjugal antes e depois da chegada dos filhos. *Boletim Acadêmico Paulista de Psicologia*. 30 (79), 424-439.

- Lucas, P. (1998). Querer ser mãe... um longo caminho a percorrer. *Análise Psicológica*, 3 (16), 415-421.
- Maldonado, M. T. (1989) *Maternidade e paternidade: Vicissitudes da relação mãe/filha no ciclo grávido-puerperal*. Petrópolis, Vozes, p.28-34.
- Mascoli, L. (1990). Fantasias, atitudes e ajustamento materno ao primeiro mês de vida da criança: Abordagem psicológica e puérperas em isolamento e no pós-parto distócico. *Análise Psicológica*, 8 (4), 377-388.
- Maldonado, M.T., Dicstein, J. & Nahoum, J. C. (1997). *Nós estamos grávidos*. São Paulo: Saraiva.
- Meireles, A & Costa, M. E. (2005). A experiência da gravidez: o corpo grávido, a relação com a mãe, a percepção da mudança e a relação com o bebê. *Psicologia* 18 (2), 75-98.
- Menezes, C. C. (2001). *A relação conjugal na transição para parentalidade: da gestação ao segundo ano de vida do bebê*. Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF* 12 (1), 83-93.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moura Ramos, M. (2006). *Adaptação materna e paterna ao nascimento de um filho: Percursos e contextos de influência*. Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Öhman, S. G., Grunewald, C. & Waldenström, V. (2003). Women's worries during pregnancy: Testing the Cambridge worry Scal on 200 Swedish women. *Scandinavian Journal of Caring Sciences*, 17, 148-152.
- Papalia, E. D. & Olds, S. W.(2000). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Perucchi, J. & Beirão, A. M. (2007) Novos arranjos familiares: Paternidade, Parentalidade e Relações de Gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 19 (2), 57-69.
- Piccinini, C. A., Silva, M. R., Gonçalves, T. R. & Lopes, R. S. (2004). Envolvimento paterno durante a gestação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 303-314.
- Prati, I. E. & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica* 23 (1) 103-118.
- Samara, E. M. (org). O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*, 13 (2), 27-48.
- Sarti, C. A. (2001). A velhice na família atual. *Acta Paul Enfermagem*, 14 (2), 91-96.

- Scorsolini-Comin, F & Santos, M. A. (2009). Casar e ser feliz: mapeando a mensuração da satisfação conjugal. *Psico* 40 (4), 430-437.
- Scorsolini-Comin, F & Santos, M. A. (2010). Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3), 525-531.
- Silva, M. da R. & Piccinini, C. A. (2007). Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, 24(4), 561-573.
- Suter, C. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008) Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS 39 (1), 74-82.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann & C., Verza, F. (2005) Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, 21 (2).
- Walsh, F (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: Andolfi, M. (2002). *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*. (Trad. Lauro Kahl e Giovanni Menegoz). Porto Alegre: Artmed.
- Wendt, N. C. (2006). *Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico* 42 (2).

7. ANEXO

Lima, R. A. & Alves, I. C. B. (2010). As particularidades da (in)satisfação conjugal antes e depois da chegada dos filhos. *Boletim Academico Paulista de Psicologia*. 30 (79), 424-439.

Levandowski, D. C., Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (2009). Individualidade e conjugalidade na relação de casal de adolescentes. *Psicologia em estudo*. 14 (4), 679-687

Frizzo, G. B., Bryz, I., Lopes, R. C. S & Piccinini, C. A. (2010). Conjugalidade em contexto de depressão da esposa no final do primeiro ano de vida do bebê. *Alethéia* 31, 66-81

Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico* 42 (2).

Prati, I. E. & Koller, S. H. (2011). Relacionamento conjugal e transição para a coparentalidade: perspectiva da psicologia positiva. *Psicologia Clínica* 23 (1) 103-118.

Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF* 12 (1), 83-93.

Scorsolini-Comin, F & Santos, M. A. (2009). Casar e ser feliz: mapeando a mensuração da satisfação conjugal. *Psico* 40 (4), 430-437.

Scorsolini-Comin, F & Santos, M. A. (2010). Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3), 525-531.

PARECER

Título: Influência da chegada do primeiro filho na vida do casal: um estudo teórico

Aluna (o): Graziela Bion

Orientador: Elisangela Böing

1. Interesse do tema. O tema é interessante e atual.
2. Qualidade de redação e organização do texto (clareza, concisão, objetividade, estrutura formal). O texto está bem escrito e organizado. Algumas poucas propostas de alteração foram feitas.
3. Relevância e consistência teórica do texto. É um tema relevante, que trata de uma fase do ciclo de vida da família que consolida a manutenção das famílias. Entendo que a fundamentação teórica poderia estar mais atualizada, com publicações mais recentes especialmente no que diz respeito a teoria sistêmica, mas isso não prejudicou o desenvolvimento do trabalho.
4. Qualidade do referencial teórico utilizado. Já mencionado anteriormente.
5. Contribuição do trabalho à aplicação de conhecimentos para a área de desenvolvimento psicológico da família, trabalho com famílias, terapia familiar e intervenções sistêmicas em geral. Boa contribuição, apresentando estudos atuais, porém escassos, sobre o tema apresentando boas reflexões para o atendimento clínico e de pesquisa.
6. Método utilizado: propriedade, qualidade. Poderia ter ampliado um pouco mais os descritores para apresentar uma quantidade maior de estudos sobre o tema, já que a proposta metodológica é uma revisão de literatura. Entretanto, considerando que é um estudo de monografia, o conteúdo apresentado está suficiente.
7. Análise dos dados (se for o caso): representação, consistência, articulação teórica e metodológica da discussão dos resultados. Também entendo que poderia ter desenvolvido um pouco mais os resultados dos estudos apresentados.
8. Considerações finais: fundamento e coerência. É um trabalho bom, com texto bem escrito, sobre um tema interessante e importante para auxiliar terapeutas e famílias a ultrapassarem obstáculos comuns ao seu desenvolvimento.


Maria Cristina d'Avila de Castro
CRP: 12/00166

Florianópolis, 15 de abril de 2012.